

**DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO
ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2024**

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2024

JUNHO DE 2024

SUMÁRIO

1. DESENVOLVE SP – A AGÊNCIA DO EMPREENDEDOR.....	5
2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO.....	5
2.1 Planejamento Estratégico 2024-2030.....	6
2.2 Plano de Metas Institucionais	6
2.3 Público-alvo.....	7
3. LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS	8
3.1 Linhas de Financiamento	8
3.2 Fundos Garantidores	9
3.3 Fundos de Desenvolvimento.....	10
3.4 Fundos de Investimentos	11
3.4.1 Fundos de Investimento para o Agro	11
3.5 <i>Funding</i>	12
4. DESEMPENHO	13
4.1 Operacional	13
4.2 Financeiro.....	16
5. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	17
5.1 Controles Internos, <i>Compliance</i> e Gestão de Riscos	17
5.2 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	18
5.3 Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC).....	18
5.4 Gestão de Pessoas	19
6. ATUAÇÃO SUSTENTÁVEL.....	19
7. EVENTOS E PUBLICIDADE	21
8. DESTAQUES	23

1. DESENVOLVE SP – A AGÊNCIA DO EMPREENDEDOR

Desenvolve SP - A Agência do Empreendedor, que completou 15 anos de existência em 11/03, é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e integrante da administração indireta do Estado de São Paulo. É vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e tem por objetivo atender as micro, pequenas e médias empresas e os municípios paulistas, por meio de opções de crédito sustentável, colaborando diretamente para a qualidade de vida da população. Sua atividade-fim é o financiamento de capitais fixo e de giro associados a projetos produtivos, visando ao aumento da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

Neste semestre, O Banco Central do Brasil (Bacen) aprovou a alteração das nomenclaturas da Diretorias Executivas e a implantação da Diretoria de Controle de Riscos (DCR). A DCR, criada em Assembleia Geral realizada em 30 de novembro de 2023, visa atender as boas práticas de segregação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de gerenciamento de capital. A composição ficou da seguinte forma:

- Ricardo Dias de Oliveira Brito – Diretor Presidente;
- Ana Paula Teixeira de Souza – Diretora de Controle de Riscos;
- Karen Kemely Mussi Mhereb - Diretora Financeira;
- Flavio Duarte de Oliveira - Diretor Administrativo;
- Gustavo José Melo Santos - Diretor de Negócios.

2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Ciente de seu papel e alinhada às políticas públicas do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP busca promover cada vez mais o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes.

2.1 Planejamento Estratégico 2024-2030

O Planejamento Estratégico vigente da instituição possui como principais diretrizes de atuação a governança, a sustentabilidade e a inovação, ancoradas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O PE 2024-2030 busca preparar, em nível estratégico, a Desenvolve SP para atuar como instituição promotora do Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, em suas três dimensões (ambiental, social e econômico), além de promover o crescimento e fortalecimento organizacional e estimular a inovação em seus múltiplos contextos, tanto interno quanto naquela promovida pelos clientes da instituição.

2.2 Plano de Metas Institucionais

Com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da instituição, bem como direcionar a sua estratégia operacional, o Plano de Metas para 2024 conta com cinco indicadores quantitativos com pesos idênticos (20% cada).

A Meta Global ¹, na posição 30/06/2024, ficou em 87,7%, conforme a composição abaixo.

Tabela 1 – Plano de Metas 2024

DESENVOLVE SP	DATA BASE: 30/06/2024			META GLOBAL: 87,7% ●		
INDICADOR	PESO	META ANUAL	META ACUMULADA MÊS	REALIZADO ACUMULADO MÊS	% META ACUMULADO MÊS	% META (C/ TRAVA)
ÍNDICE DE COBERTURA	0,20	105,7%	105,7%	120,0%	113,5%	100,0%
PROPORÇÃO DE DESEMBOLSO DE ALTO IMPACTO	0,20	66,0%	66,0%	61,7%	93,5%	93,5%
DESEMBOLSO TOTAL	0,20	R\$ 1.250.000.000	R\$ 625.000.000	R\$ 395.416.497,3	63,3%	63,3%
TAXA DE INADIMPLÊNCIA	0,20	10,0%	10,0%	11,1%	88,5%	88,5%
PROJETOS PRIORITÁRIOS*	0,20	100,0%	50,0%	46,6%	93,1%	93,1%

Fonte: Desenvolve SP (2024)

¹Meta Global: somatório dos resultados de cada indicador ponderados pelos seus respectivos pesos, limitados a 100%.

- **Índice de Cobertura:** Receitas operacionais divididas pelas despesas totais: Receita de Operações de Crédito + Receita de Tarifas e Prestações de Serviços / Despesas Totais;
- **Proporção de Desembolso de Alto Impacto:** Percentual de Desembolso para Projetos de Alto Impacto em relação ao total de Desembolso: (Desembolso Total – Capital de Giro – Recapeamento) / Desembolso Total;
- **Desembolso total:** Total de desembolsos realizados em 2024;
- **Taxa de Inadimplência do setor privado:** Percentual do saldo de carteira de créditos vencidos e não pagos há mais de 90 (noventa) dias em relação ao saldo da carteira ativa do Setor Privado;
- **Projetos Prioritários:** Baseado no mapeamento realizado em 2023, o indicador é medido por meio da média do índice de execução dos 28 projetos selecionados com início no exercício de 2024, dividindo o total realizado pelo total esperado.

2.3 Público-alvo

Considerando o seu papel de ser parceiro estratégico e financeiro do estado na execução de políticas públicas e espelhado em sua visão, o público-alvo da Desenvolve SP são as micro, pequenas, médias empresas, bem como as prefeituras do Estado de São Paulo. Além disso, a instituição também passará a ofertar microcrédito para Pessoas Físicas (PF) e Microempreendedor Individual (MEI) por meio da migração da administração do Banco do Povo Paulista para a Desenvolve SP. O fomento ao empreendedorismo feminino também passa a ser parte do público-alvo da DSP sob essa gestão.

Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, além da atuação em Fundos de Investimento em Participação (FIPs) e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs). Por fim, a DSP tem o mandato de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento (Fundos de Desenvolvimento) do Estado de São Paulo, tendo esse último as Secretarias de Governo do Estado como público-alvo.

3. LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS

3.1 Linhas de Financiamento

A Desenvolve SP possui, em seu portfólio de produtos, 27 linhas de financiamento para o setor privado que atendem às diversas áreas e atividades, financiando principalmente projetos de investimento em ampliação e modernização, com foco em projetos inovadores e sustentáveis, aquisição de máquinas e equipamentos e Capital de Giro, principalmente para as Micro e Pequenas Empresas.

A instituição oferece ainda quatro linhas de financiamento voltadas ao setor público, que visam incentivar o crescimento dos municípios e contribuir para melhoria da qualidade de vida da população paulista. Estas linhas oferecem taxas de juros competitivas e prazos longos para apoiar na realização dos investimentos necessários em infraestrutura, sem comprometer a saúde financeira do município.

Entre as linhas, destacam-se:

- **Linha Desenvolve Centro**

A linha tem por objetivo estimular investimentos em capital fixo para empresas instaladas ou que pretendam se instalar na região, revitalizando o Centro da cidade de São Paulo e promovendo a reurbanização e a reocupação da região. Foram disponibilizados R\$ 170 milhões para micro, pequenos e médios empresários que já estão em atividade ou querem abrir seu negócio na região.

- **Linha Desenvolve Mulher e Linha Desenvolve Mulher Sustentável**

A Linha Desenvolve Mulher apoia empresas paulistas, com faturamento anual entre R\$ 81 mil e R\$ 4,8 milhões e que tenham mulheres como administradoras ou sócia-administradoras, a modernizar e a expandir a capacidade produtiva, por meio da renovação de seu parque de máquinas e equipamentos, do apoio aos projetos de implantação, ampliação, atualização, de apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, ao meio ambiente e à eficiência energética.

Já a Linha Desenvolve Mulher Sustentável oferece condições ainda mais favoráveis para o financiamento de projetos que promovam adequações em processos produtivos, de modo a reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) e a adaptar a empresa à Política Estadual de Mudanças Climáticas.

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em 08/03/2024, a Desenvolve SP ofereceu um Prêmio de Adimplência de 4 p.p. para as operações que dessem entrada na agência entre 01/03/2024 e 31/03/2024 nas duas linhas com condições especiais para atendimento desse público. As linhas também foram reformuladas, e o limite de crédito pré-aprovado pode chegar a R\$ 300 mil, dependendo do rating do cliente.

O orçamento para as duas linhas somadas é de R\$ 50 milhões, e a vigência foi prorrogada até 31/12/2024.

- **Linha Agroindústria Investimento**

A linha Agroindústria Investimento, lançada em 2023, foi remodelada no primeiro semestre de 2024 e passou a atender também a produtores rurais pessoas jurídicas e a permitir o financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas. A linha tem o orçamento de R\$ 200 milhões e conta com a equalização de parte das taxas de juros pelo Fundo de Apoio ao Contribuinte (Funac).

- **Linha Crédito Digital Investimento**

Foi aprovada pela Diretoria da Desenvolve SP a criação da Linha Crédito Digital Investimento. A linha tem o objetivo de proporcionar maior agilidade na concessão de financiamentos de até R\$ 300 mil para micro e pequenas empresas, enquadradas nos demais critérios do Crédito Digital, destinados a realização de investimentos como a aquisição de máquinas e equipamentos isolados e projetos de investimento.

3.2 Fundos Garantidores

Conforme política de garantia vigente na Desenvolve SP, os fundos garantidores são uma alternativa para os micro, pequenos e médios empresários que não possuem garantias reais suficientes para serem utilizadas nas operações de crédito. Dentre eles, destacam-se o Fundo de Aval do Estado de São Paulo (FDA) e Fundo Garantidor Para Investimentos (FGI), administrado pelo BNDES.

Em junho de 2024, a instituição assinou contrato de administração e gestão dos recursos do Fundo de Aval para Desenvolvimento da Eficiência Energética (FAEE), com o Estado, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Logística (Semil). O FAEE possui o objetivo de prover recursos para garantir os riscos de crédito, viabilizando o acesso às micro, pequenas e médias empresas, comércios e indústrias, inclusive das empresas de autogestão de resíduos sólidos, cooperativas de produção e demais participantes do sistema de logística reversa, nos termos da Lei federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, às linhas de crédito direcionadas ao financiamento de projetos relacionados à eficiência energética e logística reversa, de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen.

3.3 Fundos de Desenvolvimento

A Desenvolve SP é administradora de 14 Fundos de Desenvolvimento e Garantidores do Estado de São Paulo:

Tabela 2 – Ativos Administrados pela Desenvolve SP dos Fundos de Desenvolvimento – 30/06/2024

FUNDO	SECRETARIA	DESTAQUE	ATIVOS ADMINISTRADOS (MILHÕES)
FUNDOS ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO			
BPP	SDE	Microcrédito	980,1
FEHIDRO	SEMIL	Projetos não reembolsáveis e arrecadações	783,3
FUNAC	SEFAZ	Financiamento e Equalização para Indústria	654,2
FEAP	SAA	Subvenções e Crédito aos Produtores Rurais	608,4
FUNDOCAMP	SDUH	Projetos na RM de Campinas	47,3
FPHIS	SDUH	Repasse para Programas Habitacionais	49,1
FVR	SDE	Equalização em Financiamentos Vale do Ribeira	9,6
FUNDESPAR	SAA	Projetos de Regularização Fundiária	6,4
FUNDOVALE	SDUH	Projetos na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	10,0
FUNCET	SCTI	Editais e Equalização para Proj de Inovação e Tecnologia	0,7
FEPRAC	SEMIL	Projetos para reabilitação de áreas contaminadas	6,7
FUNDOS GARANTIDORES			
FDA	SEFAZ	Fundo Garantidor de Aval	188,7
FGH	SDUH	Garantia para projetos habitacionais	34,9
FAEE	SEMIL	Garantia para projetos de Eficiência Energética	-
TOTAL	14	-	3.379,5

Fonte: Desenvolve SP (2024)

A gestão da carteira do Banco do Povo Paulista é um dos focos da Desenvolve SP. Desde sua transferência, em 2018, foram desembolsados R\$ 1.506,5 milhões, por meio de 116.870 contratos, beneficiando 516 municípios, até 06/2024. Somente no primeiro semestre de 2024, foram desembolsados R\$ 91,9 milhões para 6.095 empreendedores.

Estão em tratativas as transferências dos seguintes Fundos para a Desenvolve SP: Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop), Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimentos (Fumefi) e Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (FDMBS).

3.4 Fundos de Investimentos

Sob a nova gestão, a instituição atuará em Fundos de Investimento em Participação (FIPs) e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs). A seleção de gestores especializados no mercado de fundos de investimento amplia significativamente a capilaridade e a força de atuação da Desenvolve SP. Com profissionais e empresas experientes, a instituição ganha em agilidade, respondendo mais rapidamente às demandas do setor e gerando impacto mais imediato e significativo. Além disso, essa expertise traz consigo um aumento na capacidade de identificar oportunidades de investimento, otimizando a alocação de recursos e potencializando os resultados econômicos e sociais das iniciativas apoiadas.

A Desenvolve SP investe, hoje, em três FIPs: Fundo Inovação Paulista, Fundo Aeroespacial e Fundo BBI Financial I, todos em fase de desinvestimento. Até 30/06/2024, a Desenvolve SP investiu, indiretamente, por meio desses veículos, em 45 empresas, sendo 34 localizadas no estado de São Paulo.

3.4.1 Fundos de Investimento para o Agro

No primeiro semestre de 2024, a Desenvolve SP tomou importantes medidas para fortalecer o agronegócio paulista. Uma das principais iniciativas foi a expansão de suas atividades para o mercado de capitais, utilizando o que há de mais moderno em engenharia e soluções financeiras. Esse movimento visa alavancar investimentos e conceder créditos com complemento de recursos da iniciativa privada.

Para atingir esses objetivos, foram desenvolvidas esteiras e processos visando a aplicação de recursos em Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Agro (FIDC Agro), alinhados com três premissas fundamentais do governo paulista:

- Apoio à Inovação e Empreendedorismo: Incentivar novas ideias e soluções que impulsionem o setor agroindustrial;
- Suporte a Projetos e Investimentos em Infraestrutura e Sustentabilidade: Financiar melhorias estruturais e práticas sustentáveis no campo; e
- Facilidade de Acesso ao Crédito para Pequenos e Médios Produtores Rurais: Oferecer condições financeiras favoráveis para esses produtores.

Os fundos que receberão investimentos da Desenvolve SP deverão estar regulados pela CVM, garantindo um regulamento claro e transparente, com uma trilha auditável da utilização e gestão dos recursos, além de definir taxas, prazos e responsabilidades.

A seleção dos gestores de fundos foi iniciada por meio de um processo de credenciamento, conforme a Carta-Consulta. Os interessados estão publicamente convidados a formalizar suas propostas, atendendo aos critérios de elegibilidade estabelecidos. A escolha dos gestores será conduzida pelo Comitê de Investimentos da Desenvolve SP, garantindo a conformidade e a excelência na gestão dos recursos destinados ao agronegócio paulista.

3.5 *Funding*

Para conseguir cumprir com o seu papel de agente financeiro do governo do Estado de São Paulo e financiar a economia paulista no cenário de recuperação econômica global, a Desenvolve SP busca continuamente novas fontes de recursos.

Por isso, a instituição está em negociação avançada para obtenção de *funding* junto ao New Development Bank (NDB), no valor de US\$ 90 milhões, assim como com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no montante de US\$ 110 milhões, ambos com garantia soberana aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (Cofix), com foco em investimento de projetos de infraestrutura para os setores público e privado, no âmbito de mudança climática e inclusão social.

Além disso, também está em tratativa para obtenção de recursos junto ao BID, com garantia soberana já aprovada pela Cofix, no valor de até US\$ 195 milhões para investimento exclusivamente em inovação do Setor Privado do Estado de São Paulo.

4. DESEMPENHO

4.1 Operacional

➤ Desembolso e Saldo de Carteira

No primeiro semestre de 2024, os desembolsos somaram R\$ 395,4 milhões, sendo 92,5% liberados com recursos próprios e os outros 7,5% com recursos de terceiros, distribuídos em 4,9% com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e 2,6% com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atendendo 410 empresas, localizadas em 107 municípios, e 71 prefeituras. O desembolso abaixo da meta no semestre (Tabela 1) está ligado a uma maior atuação em investimentos, em detrimento a Capital de Giro, sendo que tais operações tem um maior tempo de maturação e análise na esteira de crédito.

Impulsionado pelo alto desempenho nos desembolsos ao setor público, os projetos de investimento representaram 85,2% do valor desembolsado, volume 47,9% maior que do ano anterior. Capital de Giro representou 11,9%, e máquinas e equipamentos, 2,9%. Cabe destacar o aumento de desembolsos considerados de “alto impacto” (excluídos os créditos para Capital de Giro e Recapeamento), que totalizaram R\$ 244,1 milhões, crescimento de 42,4% em relação ao mesmo período de 2023.

Para o setor público, foram desembolsados R\$ 289,2 milhões, que representaram 73,1% do total desembolsado e um aumento de 103,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os financiamentos para o setor público contemplaram projetos de infraestrutura, aquisição de equipamentos e projetos sustentáveis que proporcionaram impacto ambiental positivo, contribuindo para a redução na emissão de gás carbônico.

Para o setor privado, o setor de serviços representou 44,9% das liberações efetuadas no semestre, seguido pelo comércio com 28,4%, setor industrial com 26,0% e construção com 0,6%.

Neste semestre, os desembolsos para inovação somaram R\$ 21 milhões, sendo 21,6% para microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

O saldo da carteira de crédito atingiu marca recorde e encerrou o semestre com a marca de R\$ 2,5 bilhões, crescimento de 9,0% em relação ao mesmo período de 2023. Em junho de 2024, o setor privado representava 57,7% da carteira, enquanto o Setor Público representava 42,3%.

ÍNDICES	06/2023	06/2024	VARIAÇÃO
Desembolso total	R\$ 415 mi	R\$ 395 mi	-4,7%
- Setor Público (Investimentos)	R\$ 142 mi	R\$ 289 mi	+103,9%
- Setor Privado (Investimentos)	R\$ 99 mi	R\$ 59 mi	-54,5%
- Setor Privado (Capital de Giro)	R\$ 174mi	R\$ 47 mi	-73,0%
Saldo de Carteira	R\$ 2.260 mi	R\$ 2.463 mi	+9,0%

➤ **Esteira de Crédito**

A esteira de crédito passou por uma série de otimizações ao longo do 1º semestre de 2024, tais como, a unificação das consultas automáticas e do motor de crédito para clientes das esteiras Digital e Julgamental, a segregação do atendimento ao cliente, a implantação de um BPO (terceiro) para otimizar o processo de cadastro e a implantação do login via CPF.

Essas otimizações visam a melhoria na experiência do cliente e a redução do tempo de conclusão das solicitações, antecipando todas as etapas de caráter eliminatórios. Os resultados das melhorias implantadas devem começar a ser percebidos a partir do segundo semestre desse ano.

➤ **Cobrança**

Em um cenário econômico caracterizado pela alta taxa básica de juros da economia (Taxa Selic), pressão inflacionária residual e desafios nas contas públicas, a Desenvolve SP tem reforçado suas estratégias de cobrança para assegurar a sustentabilidade da Instituição.

Para enfrentar esses desafios, a prioridade da Desenvolve SP tem sido a recuperação de valores em atraso e a mitigação de prejuízos. A Desenvolve SP implementou um sistema de cobrança proativo, que utiliza uma comunicação multicanal, além de oferecer soluções personalizadas de renegociação.

Nos casos em que as negociações extrajudiciais não são bem-sucedidas, medidas judiciais são acionadas. Até o momento, foram regularizados quase R\$ 9 milhões que estavam em atraso, por meio de renegociações e acordos judiciais.

No caso da carteira de crédito do Banco do Povo Paulista (BPP), no primeiro semestre de 2024, foram regularizados mais de R\$ 28 milhões que estavam em atraso, beneficiando novos empreendedores. Parte dessa regularização foi possível graças à implementação do sistema de automação de renegociações extrajudiciais do BPP. Em vigor desde o mês de junho, o sistema permite uma resposta mais ágil às solicitações dos clientes, oferecendo um processo de renegociação mais rápido e eficiente. O sistema, parametrizado com todas as regras de renegociação, facilita a definição de prazos, taxas e condições de desconto. Isso agiliza o processo de tomada de decisão, aumenta a precisão das análises e proporciona aos clientes soluções personalizadas às suas necessidades.

Além da redução de tempo, a automação trouxe melhorias nos processos internos, eliminando tarefas repetitivas e manuais, mitigando o risco operacional. A centralização e digitalização das informações permitiram uma gestão mais transparente e integrada, facilitando o acesso a dados históricos e relatórios em tempo real. Esses avanços contribuíram para a otimização dos recursos internos, permitindo que diversos setores, antes envolvidos na formalização manual das renegociações, se concentrem em atividades estratégicas e de maior valor agregado.

➤ **Operação direta no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)**

A Desenvolve SP torna-se a primeira agência de fomento do país a operar no SPB, por meio da Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN), mecanismo que permite a transferência eletrônica de recursos entre pessoas físicas e jurídicas. Isso proporciona maior agilidade e segurança na liberação de crédito da instituição financeira vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Governo do Estado de São Paulo.

Essa iniciativa representa um avanço substancial na maturidade da Instituição. Ela é um dos projetos prioritários da Desenvolve SP sob gestão da Superintendência Financeira (Sufin), com o apoio da Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutec).

Até a data de 06/2024 a Desenvolve SP liberou, via SPB, 414 operações no montante de R\$ 271,9 milhões.

4.2 Financeiro

O lucro líquido no primeiro semestre de 2024 foi de R\$ 83,1 milhões, 26,9% abaixo do registrado no primeiro semestre de 2023. Em relação ao resultado com títulos e valores mobiliários, esse reduziu 36,3% em relação ao primeiro semestre de 2023, substancialmente em função da redução da Taxa Média Selic de 13,65% para 10,89%, e redução do caixa médio na ordem de R\$ 500 milhões. A redução de caixa está relacionada ao aumento da carteira de crédito, distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) mais Dividendos adicionais, na ordem de R\$ 181 milhões, referente ao exercício de 2023.

O resultado de operações de crédito, líquido das despesas de captações, teve um aumento de 26,7%, em função do aumento de carteira e redução dos custos de captação. Cabe destacar que a redução do volume de desembolso em 2024 é decorrente da alteração do perfil da carteira de crédito, reduzindo carteiras com maior perfil de risco, como capital de giro, e priorizando operações de financiamentos e projetos, com perfil de risco menor, e maior representatividade de operações para o setor público. Por consequência, observa-se uma redução na receita de tarifas, e uma redução mais significativa nas despesas de provisão para perda de risco de crédito (PDD), na ordem de 19,9%.

As despesas administrativas representaram um aumento de 54,7%, principalmente, pela contratação de assessorias jurídicas e despesas judiciais, grande parte destas reembolsadas pelos fundos administrados.

A Desenvolve SP finalizou o semestre com Patrimônio Líquido de R\$ 3.315,6 milhões e 5,1% de Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE). O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 160,6 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 44,9 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 115,7 milhões.

Em 30 de junho de 2024, o total de ativos alcançou R\$ 4.389,8 milhões, composto por 51,4% de operações de crédito, 42,1% de títulos e valores mobiliários e 6,5% de outros ativos.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

5.1 Controles Internos, *Compliance* e Gestão de Riscos

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) é responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, além de ser responsável pelas normas e pelos controles internos da Instituição.

As políticas de gestão de riscos e de capital são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração. Essas políticas instituem diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do gerenciamento de riscos, com acompanhamento sistemático de seu cumprimento pela alta administração. As revisões anuais são resultantes do aprimoramento requerido pela aplicação dos controles nos processos existentes.

Vale destacar o trabalho desenvolvido para o controle dos planos de ação, resultantes do mapeamento de riscos das atividades da Instituição, dos apontamentos das Auditorias Interna e Externa e das ações demandadas pela regulamentação aplicável, além do acompanhamento sistemático do cumprimento das normas expedidas pelos órgãos reguladores, com o conhecimento das ações executadas para o atendimento aos prazos estabelecidos.

No âmbito de Basileia III, a Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

5.2 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Durante o primeiro semestre de 2024, a Desenvolve SP deu andamento ao trabalho de promoção das adequações necessárias em relação aos requisitos LGPD, destacando-se o apoio da empresa especializada em privacidade de dados, Seus Dados, nas atribuições do Encarregado. A Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade está disponível no site da Instituição <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/lqpd/>.

5.3 Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)

A criação da área do SAC, que está sob a responsabilidade da Ouvidoria, em conformidade com o Decreto Federal nº 11.034, de 5 de abril de 2022, envolveu a alocação de uma equipe dedicada, equipada com redes de telefonia, para atender às demandas dos consumidores de forma eficiente e organizada. A implementação do sistema SAC permitirá que as operações sejam conduzidas de acordo com as normas estabelecidas pelo decreto, visando proporcionar um atendimento de alta qualidade e resolver as questões dos consumidores de maneira ágil e eficaz.

5.4 Gestão de Pessoas

Em 20/02/2024, foi publicado o Edital do Concurso Público 005/2024 da Desenvolve SP e a prova foi realizada pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp) em 19/05/2024. Este Concurso Público destina-se ao provimento de 13 vagas imediatas, sendo 12 para analistas e 1 para economista, que serão convocados assim que o Concurso for homologado.

O Programa de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) da Desenvolve SP teve, no primeiro semestre, investimento de R\$ 239 mil, beneficiando 57 colaboradores. Foram 1.905 horas de formação técnica e de competências comportamentais e 911 horas/aula em cursos de graduação, pós-graduação e idiomas.

A Desenvolve SP também valoriza a manutenção da saúde e qualidade de vida dos colaboradores. Sendo assim, em 02/2024, após aprovação pela Diretoria Colegiada, os empregados da Desenvolve SP foram migrados para um plano de saúde com acesso a melhores laboratórios e hospitais de referência, além de maior valor de reembolso. A DSP também disponibilizou doses de vacina antigripal quadrivalente para imunização de seus colaboradores.

6. ATUAÇÃO SUSTENTÁVEL

Reafirmando o compromisso da Desenvolve SP com uma abordagem integrada das questões econômicas, sociais, ambientais e climáticas, a instituição tem se destacado no fortalecimento de seu alinhamento com a Agenda 2030. Com ações estratégicas, buscamos transformar o Estado de São Paulo e gerar valor, acelerando os impactos positivos rumo às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No primeiro semestre de 2024, destacamos as seguintes ações que evidenciam o compromisso com essa agenda e a geração de valor para o Estado:

- **Relatório Anual Integrado 2023:** Elaboração e divulgação do Relatório Anual Integrado 2023, seguindo as diretrizes e recomendações das normas da Global Reporting Initiative (GRI) e do Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC). A Desenvolve SP utilizou a nova matriz de materialidade, proporcionando uma visão mais abrangente e detalhada para o documento, reforçando o compromisso com a transparência e a responsabilidade socioambiental. O relatório encontra-se disponível no site da instituição (<https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-ou-integrado/>).

- **Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE):** Contratação da empresa Future Carbon para desenvolver o inventário de emissões corporativas de GEE referente ao ano base de 2023. No ano, a Desenvolve SP foi responsável pela emissão de 193,79 toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂eq – medida internacional que, para efeito de cálculo, equipara de todos os GEE ao CO₂), e compensou essas emissões utilizando créditos de carbono em projetos que geram benefícios ambientais e sociais. Essa ação não apenas mitiga o impacto ambiental, mas também promove o desenvolvimento de comunidades locais. Mais detalhes sobre as emissões e os dados de cada escopo estão disponíveis no Relatório Anual Integrado 2023.
- **Semana do Meio Ambiente:** De 3 a 7 de junho, a DSP celebrou a Semana do Meio Ambiente com uma série de iniciativas voltadas para a conscientização e educação ambiental. Os colaboradores participaram de uma palestra sobre Mudanças Climáticas e a importância do inventário de emissões de GEE. Além disso, a DSP compartilhou sugestões de filmes, livros, treinamentos gratuitos oferecidos pelo Pacto Global e uma palestra ministrada pela Semil. Essas atividades visam fomentar uma cultura de sustentabilidade e engajamento entre os funcionários.
- **Plantio da Integração:** Em 23 de fevereiro, a DSP participou do Plantio da Integração, organizado em parceria com a Carbon Free Brasil, na Associação Nossa Senhora Rainha da Paz (Anspaz) em Itapetininga. O evento contou com a presença de aproximadamente 20 empresas convidadas e os colaboradores da instituição participaram do plantio de árvores nativas em áreas de preservação. Essa ação visou promover o engajamento dos funcionários da Desenvolve SP na recuperação de ecossistemas e conservação da biodiversidade, reafirmando o compromisso com práticas sustentáveis e restauração ambiental.
- **Doação para o Rio Grande do Sul:** A Desenvolve SP realizou a campanha de arrecadação de doações para a população do Rio Grande do Sul (por meio do Fundo Social) e contou com a colaboração de seus funcionários.

7. EVENTOS E PUBLICIDADE

- **Campanha Desenvolve Centro**

Para fomentar a economia da região central de São Paulo, a Desenvolve SP lançou a iniciativa Desenvolve Centro, oferecendo linhas de crédito competitivas para atrair novos empreendedores e financiar projetos de empresas já estabelecidas na região.

A divulgação contou com ações de imprensa e uma campanha publicitária específica, direcionada tanto a empreendedores da região central quanto de outras áreas, incentivando-os a investir no centro de São Paulo.

A estratégia da campanha utilizou diversos meios online e offline, como rádios, mídia de elevadores, campanhas de busca e display e redes sociais para alcançar o público em diferentes momentos de sua jornada, garantindo que a mensagem da Desenvolve SP e da Desenvolve Centro fosse apresentada e fixada de maneira eficaz.

- **Redes Sociais**

Em 2024, a principal estratégia das redes sociais da Desenvolve SP é disseminar a marca e torná-la mais conhecida e representativa para os empreendedores e gestores municipais paulistas. Para isso, o planejamento das redes sociais foi elaborado com foco nos seguintes tópicos:

- Tornar a Desenvolve SP referência em produção de conteúdo educativo sobre crédito;
- Ser a extensão do atendimento ao cliente, tirando dúvidas que frequentemente são recebidas no SAC pelos consultores e pela equipe técnica;
- Informar empreendedores sobre o objetivo do crédito e posicionar a Desenvolve SP como uma escolha possível para seus negócios;
- Inspirar com histórias bem-sucedidas de clientes da Desenvolve SP;
- Reforçar o compromisso do governo do estado de fomentar o empreendedorismo e o desenvolvimento regional através do crédito com condições e taxas diferenciadas.

- **O resultado do primeiro semestre** foi positivo em todas as redes. No LinkedIn a média em janeiro foi de 2 mil visualizações por publicação. Essa média saltou para mais de 10 mil em junho. No Instagram o alcance da conta em janeiro era de pouco mais de 6 mil, passando dos 254 mil em junho. Quanto a número de seguidores, no Instagram os 6.781 seguidores em janeiro passaram para 8.284 em junho. No LinkedIn, eram 6.896 em janeiro e em junho foi atingida a marca de 7.843 seguidores. Em junho a taxa de impressão, que representa o número de vezes que o conteúdo foi visualizado por diferentes contas, no Instagram foi de 772 mil, e o LinkedIn de 22 mil

- **Lançamento da conta no TikTok**

Em junho, a Desenvolve SP lançou sua conta no TikTok para dialogar com um público mais jovem, mas de perfil empreendedor. Esse público gosta de aprender e pesquisa sobre o que desconhece diretamente na plataforma. Ainda que jovens com idades entre 16 e 24 anos (os maiores usuários do TikTok) não sejam clientes da Desenvolve SP, posicionar a marca na plataforma é uma oportunidade de atingir disseminadores dos produtos da instituição, ação que também fortalece seu nome e marca.

- **ReclameAqui**

No primeiro semestre de 2024, a Desenvolve SP alcançou resultados notáveis no ReclameAqui, uma das principais plataformas de pesquisa de reputação de empresas. Foram registradas 43 reclamações, todas respondidas, mantendo uma taxa de resposta de 100%. A régua da reputação subiu para 7.3 de 10, classificada como "Bom". O Tempo Médio de Resposta (TMR) foi de 10 dias e 2 horas. O índice de solução de problemas atingiu 72.4%, e a porcentagem de clientes dispostos a fazer negócio novamente com a empresa aumentou para 65,5%. A nota do consumidor também melhorou para 6.21 de 10. Esses indicadores refletem os esforços da Desenvolve SP em aprimorar continuamente a qualidade do atendimento ao cliente e a eficácia na resolução de demandas.

- **Imprensa**

Ao longo do semestre foram trabalhados diversos temas de impacto para empreendedores como a divulgação das linhas Desenvolve Mulher; o aniversário de 15 anos da Desenvolve SP e a marca de R\$ 7,2 bilhões em crédito concedidos até a ocasião; o lançamento do fundo de investimentos para o agronegócio terá R\$ 500 milhões de aporte da Instituição; e o lançamento do Fundo de Aval da Eficiência Energética (FAEE), criado para facilitar o acesso ao crédito e estimular a indústria paulista na aquisição de maquinário mais moderno e eficiente, além da geração de energia elétrica própria, implementando assim a chamada transição energética.

Números de matérias publicadas com menção: 3.544. Sendo:

- Impresso: 435
- Web: 2.874
- Rádio: 181
- Tv: 54

- **AGRISHOW 2024**

A Desenvolve SP marcou presença na Agrishow 2024 com patrocínio e estande no Agrishow Labs, uma arena focada em tecnologia e inovação. Foi a oportunidade de apresentar as soluções da Instituição para empresários e consultores agrícolas e representantes de empresas do agronegócio. A ação foi amplamente divulgada com séries de entrevistas com porta-vozes da instituição.

- **Comunicação Interna**

Visando o aprimoramento da comunicação interna, a Superintendência de Comunicação retomou a publicação mensal das Newsletter e a ação “Encontros com o Presidente”, sendo que a primeira reúne diversas realizações externas e internas da instituição, além de outros temas, como cultura e sustentabilidade, e a segunda aproxima a alta administração do corpo funcional da instituição.

8. DESTAQUES

- 15 anos da Desenvolve SP;
- Implantação da Diretoria de Controle de Riscos (DCR);

-
- Maior saldo de carteira já atingido, no montante de R\$ 2,5 bilhões e maior desembolso para o setor público de um 1º semestre já realizado, no valor de R\$ 289,2 milhões, superando o valor desembolsado no mesmo período em 2023, que foi R\$ 141,8 milhões;
 - Lançamento da Linha Desenvolve Centro, que tem por objetivo apoiar a revitalização do Centro da Cidade de São Paulo;
 - Lançamento do Fundo de Aval para Desenvolvimento da Eficiência Energética (FAEE) por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Logística do Estado (Semil);
 - Lançamento de Carta-Consulta ao mercado para aplicação de recursos em Fiagro e FIDC Agro, com o objetivo de fortalecer o agronegócio paulista;
 - Desenvolvimento da Linha Crédito Digital Investimento com o objetivo de proporcionar maior agilidade na concessão de financiamentos de até R\$ 300 mil para micro e pequenas empresas destinados a realização de investimentos;
 - Otimizações da esteira de crédito ao longo do 1º semestre de 2024, buscando a melhoria na experiência do cliente e redução do tempo de análise;
 - Implementação do sistema de automação de renegociações extrajudiciais do BPP;
 - Criação do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), visando aprimorar o atendimento e resolver as questões dos consumidores de maneira ágil e eficaz;
 - Primeira agência de fomento do país a operar no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) – mecanismo que permite a transferência eletrônica de recursos entre pessoas físicas e jurídicas;
 - Realização de Concurso Público destinado ao provimento de 13 vagas do quadro de colaboradores da DSP;
 - Elaboração e divulgação do Relatório Anual Integrado 2023, utilizando a nova matriz de materialidade;
 - Realização do inventário de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), referente ao exercício de 2023;
 - Participação na Agrishow no setor da Agrishow Labs;

- Maior atuação nas redes sociais da DSP, com aumento no número de seguidores e de visualizações/ impressões no Instagram e no LinkedIn, além da criação de conta no Tiktok.

São Paulo, 21 de agosto de 2024.

RICARDO DIAS DE OLIVEIRA BRITO

Diretor Presidente

ANA PAULA TEIXEIRA DE SOUZA

Diretora de Controle de Riscos

KAREN KEMELY MUSSI MHEREB

Diretora Financeira

FLAVIO DUARTE DE OLIVEIRA

Diretor Administrativo

GUSTAVO JOSÉ MELO SANTOS

Diretor de Negócios

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Em 24/04/2023, em Assembleia Geral Ordinária, foram eleitos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, 11 Conselheiros de Administração. Em 24/04/2024, 10 Conselheiros Fiscais, sendo 05 efetivos e 05 suplentes. Em 23/04/2024 foi eleito um novo membro para o Comitê de Auditoria, completando o quadro. Os membros eleitos foram empossados após a aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Jatagy Duque-Estrada Júnior

Cristiano Bonfim da Cruz

Diego Allan Vieira Domingues

Fabício Rodrigues da Cruz

Francisco Vidal Luna

Jerônimo Antunes

Jorge Tatino Junior

Luiz Márcio de Souza

Marcelo Diniz de Paula Rocha

Ricardo Dias de Oliveira Brito

DIRETORIA COLEGIADA

Ricardo Dias de Oliveira Brito – Diretor Presidente

Ana Paula Teixeira de Sousa – Diretora de Controle de Riscos

Karen Kemely Mussi Mhereb - Diretora Financeira

Gustavo José Melo Santos - Diretor de Negócios

Flavio Duarte de Oliveira – Diretor Administrativo

COMITÊ DE AUDITORIA

Marcelo Diniz de Paula Rocha – Presidente

Bruno Ribeiro da Rocha

Maurício Pozzobon Martins

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

CONSELHO FISCAL

Eduardo Aggio de Sá – Efetivo

Thiago Waltz Alves – Suplente

Eugenia Cristina Cleto Marolla – Efetiva

Diogo Colombo de Braga – Suplente

Jorge Luiz de Lima – Efetivo
Thierry Mendes Jorge – Suplente
Humberto Macedo Puccinelli – Efetivo
Roberto Yoshikazu Yamazaki – Suplente
Juliana Augusto Cardoso – Efetiva
Marcos Akamine Wolff – Suplente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3(c.ii) e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R\$ 205.666 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP.

Devido a relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

Ativo fiscal diferido

Conforme as notas explicativas nº 3(f) e 14.(b), foram constituídos ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 199.474 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Devido à relevância do saldo e a utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, com conseqüente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o entendimento dos procedimentos da Administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99 e demais normas CMN e BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição do ativo fiscal diferido, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de agosto de 2024.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Balanco Patrimonial

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota explicativa	30.06.2024	31.12.2023		Nota explicativa	30.06.2024	31.12.2023
DISPONIBILIDADES	4	80.116.856	85.116.856	DEPOSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		983.976	1.177.857
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.316.680	4.761.405	Recursos de Repasse	9a	650.650	790.650
Títulos e Valores Mobiliários	5a e 5b	1.846.856	2.313.833	Empréstimos no Exterior	9b	273.260	316.470
Instrumentos Financeiros Derivativos	5c	6.538	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	5c		10.560
Operações de Crédito	6e	2.463.286	2.447.567	Outros Passivos Financeiros	9c	60.060	60.160
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(205.666)	(257.536)	PROVISÕES	16	2.820	1.720
Operações de Crédito.	6a e 6e	(205.666)	(257.536)	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	10	33.320	124.420
ATIVO FISCAL DIFERIDO	14b	199.474	190.556	OUTROS PASSIVOS	11	54.074	66.474
OUTROS ATIVOS		48.168	47.683				
Outros Valores e Bens	7a	40.840	40.637				
Outros Créditos	7b	7.328	7.046				
IMOBILIZADO DE USO	8a	34.089	34.017				
INTANGÍVEL	8b	9.870	9.870	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	3.315.600	3.403.559
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(9.302)	(8.450)	Capital		3.156.470	3.156.470
Imobilizado		(5.042)	(4.791)	Capital De Domiciliados no País		3.156.470	3.156.470
Intangível		(4.260)	(3.659)	Reservas de lucros		159.120	247.080
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	7a e 8a	(3.592)	(3.592)				
TOTAL DO ATIVO		4.389.803	4.774.036	TOTAL DO PASSIVO		4.389.803	4.774.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração de resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)

	Nota	30.06.2024	30.06.2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		284.153	323.758
Operações de crédito	6b	176.717	186.788
Resultado de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	13a	95.667	150.247
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5c	11.769	(13.277)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(123.511)	(149.913)
Operações de empréstimos e repasses		(63.166)	(74.622)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(60.345)	(75.291)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		160.642	173.845
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(43.551)	(16.360)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	13c	26.889	36.067
Despesas de pessoal	13d	(31.094)	(26.128)
Outras despesas administrativas	13e	(33.765)	(21.833)
Despesas tributárias	13f	(13.291)	(15.559)
Outras receitas operacionais	13g	8.952	12.034
Outras despesas operacionais		(1.242)	(941)
DESPESAS DE PROVISÕES		(1.396)	111
Trabalhista		(1.436)	(60)
Outras		40	171
RESULTADO OPERACIONAL		115.695	157.596
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		10	11
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		115.705	157.607
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	(30.977)	(42.386)
Imposto de renda e CSLL corrente		(39.862)	(80.702)
Imposto de renda e CSLL diferido		8.885	38.316
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(1.669)	(1.641)
LUCRO LÍQUIDO		83.059	113.580
N.º DE AÇÕES		2.728.177.414	2.728.177.414
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,03044	0,04163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	30.06.2024	30.06.2023
Lucro Líquido do semestre	83.059	113.580
Outros Resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do semestre	83.059	113.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital realizado	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Legal	Especial de lucro		
							Total
Saldos em 01.01.2023		2.156.476	1.000.000	36.000	193.587	-	3.386.063
Aumento de Capital	12a	1.000.000	(1.000.000)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	12b.2	-	-	-	(62.148)	-	(62.148)
Dividendos exercício anterior	12b.2	-	-	-	(82.263)	-	(82.263)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	113.580	113.580
Destinações:							
Reservas	12b	-	-	5.680	45.556	(51.236)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	12c	-	-	-	-	(26.975)	(26.975)
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos	12c	-	-	-	35.369	(35.369)	-
Saldos em 30.06.2023		3.156.476		41.680	130.101		3.328.257
Mutações do semestre		1.000.000	(1.000.000)	5.680	(63.486)		(57.806)
Saldos em 01.01.2024		3.156.476	-	46.618	200.465	-	3.403.559
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	12b.2	-	-	-	(64.662)	-	(64.662)
Dividendos exercício anterior	12b.2	-	-	-	(86.628)	-	(86.628)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	83.055	83.055
Destinações:							
Reservas	12b	-	-	4.153	33.348	(37.501)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	12c	-	-	-	-	(19.726)	(19.726)
Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos	12c	-	-	-	25.832	(25.832)	-
Saldos em 30.06.2024		3.156.476		50.771	108.355		3.315.602
Mutações do semestre				4.153	(92.110)		(87.957)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30.06.2024	30.06.2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações do semestre		115.705	157.607
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações do semestre		76.194	86.451
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6a e 6e	60.345	75.291
Depreciação e amortização	13e	854	384
Provisão para desvalorização de títulos livres	13a	13.599	10.887
Provisão para passivos contingentes		1.396	(111)
Lucro ajustado antes dos impostos e participações do semestre		191.899	244.058
Varição ativo/passivo		45.028	(212.449)
(Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	5a	487.077	98.304
(Aumento)/redução operações de crédito	6e e 6f	(127.934)	(44.544)
(Aumento)/redução créditos tributários		(8.918)	(38.371)
(Aumento)/redução outros créditos		(274)	(71.559)
(Aumento)/redução outros valores e bens	7a	(211)	(170)
Aumento/(redução) depósitos e outros instrumento financeiros		(97)	2.230
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses	9a e9b	(183.223)	(104.915)
Aumento/(redução) outras obrigações		9.205	51.863
Imposto de renda e contribuição social pagos		(130.597)	(105.287)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		236.927	31.609
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso		(80)	(123)
Baixa do Imobilizado		8	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(72)	(123)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		(94.476)	(93.398)
Dividendos pagos exercício anterior		(86.628)	(82.263)
Juros sobre o capital próprio pagos		(4.962)	(6.626)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(186.066)	(182.287)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		50.789	(150.801)
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	52.033	205.355
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	102.822	54.554
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		50.789	(150.801)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição" ou Desenvolve SP) é uma Instituição Financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo – SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil (BCB), obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828/2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- i. Fundos governamentais;
- ii. Orçamento estadual;
- iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, com observância às disposições contidas na Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

b) Uso de julgamento

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

c) Apresentação das demonstrações

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 21 de agosto de 2024, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento (Resolução CMN nº 2.682/99 art.9º).

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

i. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BCB nº 3.068/2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

De acordo com a Circular BCB nº. 3.082/2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. A Desenvolve SP utiliza os instrumentos financeiros derivativos somente para proteção de posição própria.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

- I - Hedge de risco de mercado; e
- II - Hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e

- (2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.
- ii. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
- Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso superior a 59 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA – H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida Resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682/99.

- Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

d) Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo menos despesas de venda; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 8. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

f) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10% ao que exceder R\$ 240/ano)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 14 b.

g) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados “pro-rata” dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823/2009, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/20, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa nº 28.

k) Benefícios a empregados

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2024	31.12.2023
Disponibilidades	80	85
Cotas de Fundo de Renda Fixa (nota explicativa nº 5)	102.742	51.948
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	102.822	52.033

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira – títulos e valores mobiliários

	30.06.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	1.613.583	1.613.583	-	2.120.179	2.120.179
Cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP ⁽¹⁾	-	102.711	102.711	-	103.167	103.167
Cotas de Fundo de Renda Fixa	102.742	-	102.742	51.948	-	51.948
Letras do Tesouro Nacional – LTN	46.530	-	46.530	-	43.819	43.819
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	64	6.811	6.875	-	6.712	6.712
(-) Provisões para desvalorizações		(25.585)	(25.585)	-	(11.987)	(11.987)
Total	149.336	1.697.520	1.846.856	51.948	2.261.890	2.313.838

As cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações, Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional são custodiadas e administradas pelo Banco do Brasil S.A.

⁽¹⁾ As datas de encerramento dos Fundos de Investimentos em Participações – FIP foram prorrogadas de dez/23 para dez/25, conforme deliberações em Assembleias dos respectivos Fundos.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

Fundo	30.06.2024				31.12.2023			
	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização
Inovação Paulista	25.000	22.229	51.953	-	25.000	22.229	51.905	-
Finhealth I (BBI Financial I)	10.000	10.000	45.706	(24.143)	10.000	10.000	45.706	(10.726)
Aeroespacial	15.000	5.052	5.052	(1.411)	15.000	5.556	5.556	(1.261)
Total	50.000	37.281	102.711	(25.554)	50.000	37.785	103.167	(11.987)

Administradores dos Fundos: Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. (Inovação Paulista e FinHealth), e Portcapital Gestora de Recursos Ltda. (Aeroespacial).

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Instituição, visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de hedge) efetuada junto à International Finance Corporation (IFC), se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade *swap*, registrado em contas patrimoniais e de compensação.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna.

A Desenvolve SP adota a contabilidade de hedge ou hedge *accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BCB nº. 3.082/2002, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de hedge são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

	30.06.2024			31.12.2023		
Swap - ativo	Valor Referencial (Conta de Compensação)	Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)	Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)	
(US\$+SOFR+taxa) ⁽¹⁾ x (R\$+%CDI)	158.205	6.538	11.769	(10.562)	(18.269)	

⁽¹⁾ até 30 de junho de 2023 a taxa era Libor 6M + taxa, a partir de julho de 2023 a Libor foi substituída pela SOFR + 2,87826% aa

O vencimento da captação (objeto de hedge) e do derivativo (instrumento de hedge) estão a seguir demonstrados:

	30.06.2024				31.12.2023	
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Objeto	-	32.219	29.876	53.847	115.942	126.741
Instrumento	-	1.918	3.509	1.111	6.538	(10.562)

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de hedge:

	30.06.2024				31.12.2023		
	Valor referencial	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Objeto	158.205	112.913	3.029	115.942	124.181	2.560	126.741
Instrumento	158.205	3.509	3.029	6.538	(13.122)	2.560	(10.562)

6 – Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	30.06.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	320.505	436.992	757.497	348.877	604.972	953.849
Financiamentos	195.175	627.008	822.183	196.551	632.312	828.863
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	161.706	721.900	883.606	94.454	570.401	664.855
Total da Carteira de Crédito	677.386	1.785.900	2.463.286	639.882	1.807.685	2.447.567
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(89.474)	(116.192)	(205.666)	(100.155)	(157.381)	(257.536)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	587.912	1.669.708	2.257.620	539.727	1.650.304	2.190.031

b) Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito

	30.06.2024	30.06.2023
Empréstimos	61.608	88.870
Financiamentos	52.359	70.945
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	60.178	23.727
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.572	3.246
Total	176.717	186.788

c) Carteira por setor de atividade econômica

	30.06.2024	Participação	31.12.2023	Participação
Setor Público	1.041.030	42%	794.087	32%
Administração Direta	1.041.030	42%	794.087	32%
Setor Privado	1.422.256	58%	1.653.480	68%
Outros serviços	734.000	30%	873.201	36%
Comércio	381.389	16%	436.251	18%
Indústria	300.775	12%	336.205	14%
Rural	5.993	-	7.687	-
Pessoas Físicas	99	-	136	-
Total	2.463.286	100%	2.447.567	100%

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Operações em Curso Normal										30.06.2024	31.12.2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	1.046.443	289.846	319.342	463.242	70.367	36.601	8.906	12.999	39.195	2.286.941	2.221.685
01 a 30	20.359	8.044	10.062	15.447	2.587	1.438	394	567	600	59.498	54.680
31 a 60	17.472	6.529	7.907	12.477	1.948	1.226	348	493	476	48.876	44.740
61 a 90	15.114	6.461	7.995	12.136	1.941	1.243	347	499	474	46.210	42.695
91 a 180	48.496	19.262	23.935	37.180	5.823	4.031	1.040	1.490	1.412	142.669	121.623
181 a 360	103.259	39.743	46.246	76.147	11.418	8.261	1.887	2.439	3.048	292.448	269.433
Acima de 360	841.743	209.807	223.197	309.855	46.650	20.402	4.890	7.511	33.185	1.697.240	1.688.514
Parcelas Vencidas	-	339	438	1.685	271	769	4	89	519	4.114	6.016
01 a 30	-	339	397	1.387	261	528	4	42	413	3.371	4.634
31 a 60	-	-	41	298	10	241	-	47	106	743	1.382
Subtotal	1.046.443	290.185	319.780	464.927	70.638	37.370	8.910	13.088	39.714	2.291.055	2.227.701

Operações em Curso Anormal ^(a)										30.06.2024	31.12.2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	-	-	-	6.656	16.967	28.844	8.933	11.436	56.432	129.268	171.420
01 a 30	-	-	-	152	364	566	180	322	1.779	3.363	4.972
31 a 60	-	-	-	134	423	512	179	322	1.773	3.343	4.995
61 a 90	-	-	-	134	424	528	185	322	1.780	3.373	4.206
91 a 180	-	-	-	440	1.301	1.593	567	965	5.337	10.203	12.818
181 a 360	-	-	-	909	2.660	3.177	1.120	1.883	10.578	20.327	25.261
Acima de 360	-	-	-	4.887	11.795	22.468	6.702	7.622	35.185	88.659	119.168
Parcelas Vencidas	-	-	-	804	2.361	3.502	1.635	2.602	32.059	42.963	48.446
01 a 30	-	-	-	193	399	445	156	344	1.786	3.323	5.041
31 a 60	-	-	-	192	431	446	157	344	1.792	3.362	5.092
61 a 90	-	-	-	285	595	497	159	312	1.739	3.587	5.028
91 a 180	-	-	-	134	936	1.307	536	673	6.622	10.208	15.213
181 a 360	-	-	-	-	-	807	627	929	15.002	17.365	14.249
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	5.118	5.118	3.823
Subtotal	-	-	-	7.460	19.328	32.346	10.568	14.038	88.491	172.231	219.866

Total	1.046.443	290.185	319.780	472.387	89.966	69.716	19.478	27.126	128.205	2.463.286	2.447.567
--------------	------------------	----------------	----------------	----------------	---------------	---------------	---------------	---------------	----------------	------------------	------------------

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de Risco	Provisão %	Valor das Operações	30.06.2024		31.12.2023	
			Provisão	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações
AA	-	1.046.443	-	796.770	-	-
A	0,5	290.185	(1.451)	314.723	(1.574)	(1.574)
B	1,0	319.780	(3.198)	373.638	(3.736)	(3.736)
C	3,0	472.386	(14.172)	561.350	(16.841)	(16.841)
D	10,0	89.965	(8.996)	97.894	(9.789)	(9.789)
E	30,0	69.719	(20.916)	60.444	(18.133)	(18.133)
F	50,0	19.477	(9.739)	44.158	(22.079)	(22.079)
G	70,0	27.123	(18.986)	44.020	(30.814)	(30.814)
H	100,0	128.208	(128.208)	154.570	(154.570)	(154.570)
Total		2.463.286	(205.666)	2.447.567	(257.536)	(257.536)

f) Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	30.06.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	257.536	211.850
Créditos baixados para prejuízo	(112.215)	(113.587)
Provisão constituída	60.345	159.273
Saldo Final	205.666	257.536

g) Informações complementares

	30.06.2024	31.12.2023
Créditos renegociados ⁽¹⁾	8.971	52.152
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.572	7.594

⁽¹⁾ Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. As operações renegociadas mantiveram, no mínimo, os *ratings* vigentes, admitindo-se melhora apenas nos casos de amortização relevante ou reforços de garantia.

7 - Outros Ativos

a) Outros valores e bens

	Custo	Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo Líquido de Provisão	
			30.06.2024	31.12.2023
Ativos não financeiros mantidos para venda (AMV) – Imóveis recebidos	40.581	(2.052)	38.529	38.529
Despesas antecipadas	267	-	267	56
Total	40.848	(2.052)	38.796	38.585

b) Outros Créditos

	30.06.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Rendas a receber	3.839	-	3.839	4.223	-	4.223
Devedores diversos – País	1.610	-	1.610	1.868	-	1.868
Adiantamentos e antecipações salariais	1.211	-	1.211	102	-	102
Devedores por compra de valores e bens	31	77	108	34	96	130
Outros	552	-	552	723	-	723
Total	7.243	77	7.320	6.950	96	7.046

8 - Imobilizado e intangível

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido	
					30.06.2024	31.12.2023
Imóveis de Uso:						
- Terrenos	-	11.600	-	(817)	10.783	10.783
- Edificações	1,67%	20.161	(3.245)	(723)	16.193	16.393
Outras Imobilizações de Uso:						
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.768	(1.340)	-	428	389
Sistema de Processamento de Dados	20%	182	(135)	-	47	55
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	251	(204)	-	47	55
Instalações	10%	127	(118)	-	9	11
Total em 30/06/2024		34.089	(5.042)	(1.540)	27.507	-
Total em 31/12/2023		34.017	(4.791)	(1.540)		27.686

b) Intangível

	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização	
			30.06.2024	31.12.2023
Outros Ativos Intangíveis:				
Software – adquiridos	5.444	(3.670)	1.774	1.933
Software – gerados internamente	4.426	(590)	3.836	4.278
Total em 30/06/2024	9.870	(4.260)	5.610	
Total em 31/12/2023	9.870	(3.659)		6.211

9 - Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

	30.06.2024					31.12.2023		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	14.479	67.460	73.637	190.681	346.257	53,22	429.592	54,33
FUNGETUR	9.073	37.659	44.940	70.391	162.063	24,91	220.329	27,87
FINEP	1.971	9.013	12.327	110.988	134.299	20,64	130.010	16,44
FINAME	517	1.958	1.584	3.972	8.031	1,23	10.724	1,36
Total	26.040	116.090	132.488	376.032	650.650	100,00	790.655	100,00

b) Empréstimos no exterior

Tranche	Data da Liberação	Vencimento Final	Taxa de Juros	Valor liberado	Circulante	Não circulante	30.06.2024	31.12.2023
							Total	Total
IFC -1	14/05/2021	16/03/2026	SOFR + 2,87826% ⁽¹⁾	158.205	62.095	53.847	115.942	126.741
CAF-1	12/08/2020	12/08/2026	CDI+2,84%	109.912	27.452	36.637	64.089	77.426
CAF-2	11/09/2020	11/09/2026	CDI+2,74%	84.022	20.531	28.007	48.538	58.497
CAF-3	28/09/2020	28/09/2026	CDI+2,82%	77.876	18.733	25.959	44.692	53.814
Total				430.015	128.811	144.450	273.261	316.478

⁽¹⁾ Até 30 de junho de 2023, a taxa de juros era Libor 6M + 2,45%. O instrumento de hedge também foi ajustado (vide Nota Explicativa 5c).

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US\$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado *swap offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC), teve tranche única, no montante de US\$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado *hedge*, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.c para a referida captação.

c) Outros passivos financeiros

	30.06.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recursos para Destinação Específica ⁽¹⁾						
Programa Água Limpa	2.595	22.350	24.945	3.085	21.892	24.977
FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo	23.837	-	23.837	23.863	-	23.863
Programa Frota Nova Município	582	9.253	9.835	882	8.835	9.717
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	112	1.267	1.379	157	1.196	1.353
Programa Renova SP	-	-	-	184	-	184
Subtotal	27.126	32.870	59.996	28.171	31.923	60.094
Depósitos vinculados	69	-	69	68	-	68
Total	27.195	32.870	60.065	28.239	31.923	60.162

⁽¹⁾ Referem-se a recursos do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo à Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos programas de financiamento.

10- Obrigações fiscais correntes e diferidas

	30.06.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de Renda	13.048	-	13.048	59.959	-	59.959
Contribuição Social	12.283	-	12.283	56.107	-	56.107
Impostos e contribuições sobre salários	3.339	160	3.499	3.407	132	3.539
Impostos e contribuições diferidos	-	2.258	2.258	-	2.224	2.224
COFINS	1.639	-	1.639	1.866	-	1.866
PIS	266	-	266	303	-	303
Outros	335	-	335	423	-	423
Total	30.910	2.418	33.328	122.065	2.356	124.421

11 - Outros Passivos

	30.06.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e estatutárias (a)	16.385	-	16.385	32.842	-	32.842
Outras Obrigações (b)	37.117	572	37.689	33.161	471	33.632
Total	53.502	572	54.074	66.003	471	66.474

a) Sociais e estatutárias

	30.06.2024	31.12.2023
	Circulante	Circulante
Juros sobre o capital próprio	14.765	29.814
Participação nos lucros	1.620	3.028
Total	16.385	32.842

b) Outras obrigações

	30.06.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	13.926	-	13.926	14.007	-	14.007
Provisões para despesas administrativas	8.327	-	8.327	7.948	-	7.948
Fornecedores	6.769	-	6.769	5.441	-	5.441
Provisões para despesas de pessoal	5.296	572	5.868	3.898	471	4.369
Credores diversos	2.781	-	2.781	1.722	-	1.722
Cobrança e arrecadação de tributos	18	-	18	145	-	145
Total	37.117	572	37.689	33.161	471	33.632

12- Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 20 de janeiro de 2023 o Banco Central do Brasil aprovou o aporte de capital no montante de R\$ 1.000.000 (um bilhão de Reais).

O capital social de R\$ 3.156.476 está representado por 2.728.177.414 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No semestre findo em 30 de junho de 2024, foram destinados para essa reserva o montante de R\$ 4.153 (R\$ 5.680 em junho de 2023).

b.2) Reserva especial de lucro

A Reservas Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração. Inclui também os Juros sobre o capital próprio, dividendos adicionais propostos, com destinação a ser definida em Assembleia, no valor de R\$ 59.180 em 30 de junho de 2024 (R\$ 80.925 em junho de 2023).

No semestre findo em 30 de junho de 2024, foram pagos juros sobre o capital próprio adicionais no valor de R\$ 64.662 (R\$ 62.148 em junho de 2023) e dividendos adicionais no valor de R\$ 86.628 (R\$ 82.263 em junho de 2023) referentes ao exercício de 2023.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 45 do Estatuto Social e na Política de Distribuição de Dividendos, aprovada em 24 de abril de 2024, da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio:

	30.06.2024	30.06.2023
Lucro Líquido	83.059	113.580
(-) Reserva Legal	(4.153)	(5.680)
Base de Cálculo Ajustada	78.906	107.900
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	19.726	26.975
JCP adicionais propostos	25.832	35.369
Reserva de lucros	33.348	45.566

d) Lucro por ação

	30.06.2024	30.06.2023
Lucro líquido do semestre	83.059	113.580
Número de Ações	2.728.177.414	2.728.177.414
Lucro por ação (R\$)	0,03044	0,04163

13 - Desdobramento das contas de resultado

a) Resultado de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários

	30.06.2024	30.06.2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	101.916	153.567
Rendas de aplicações em fundos de investimento	4.402	7.243
Lucros/(Prejuízos) com títulos de renda fixa	2.948	324
Reversão/(Provisão) p/ desvalorização de títulos	(13.599)	(10.887)
Total	95.667	150.247

b) Operações de empréstimos e repasses

	30.06.2024	30.06.2023
Despesas de empréstimos no exterior	30.194	27.768
Despesas de repasses - BNDES	20.819	28.701
Despesas de repasses - FUNGETUR	7.803	12.647
Despesas de repasses - FINEP	2.147	2.033
Despesas de repasses - FINAME	455	770
Despesas de repasses - outros	1.748	2.703
Total	63.166	74.622

c) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	30.06.2024	30.06.2023
Receitas de prestação de serviços	23.878	26.734
Rendas de tarifas bancárias	3.011	9.333
Total	26.889	36.067

d) Despesas de pessoal

	30.06.2024	30.06.2023
Proventos	(16.124)	(14.659)
Encargos sociais	(6.091)	(5.256)
Benefícios	(5.870)	(4.202)
Honorários de diretores e conselheiros	(2.427)	(1.626)
Treinamento	(241)	(133)
Estagiários	(341)	(252)
Total	(31.094)	(26.128)

e) Outras despesas administrativas

	30.06.2024	30.06.2023
Serviços técnicos especializados ^(a)	(11.055)	(6.271)
Processamentos de dados ^(b)	(10.090)	(8.139)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.) ^(c)	(6.141)	(3.098)
Patrocínios e relações públicas ^(d)	(1.001)	(837)
Propaganda e publicidade ^(d)	(899)	(28)
Manutenção e conservação de bens	(862)	(744)
Serviços de terceiros	(669)	(446)
Amortização	(601)	(159)
Publicações	(426)	(217)
Serviços do sistema financeiro	(387)	(395)
Transporte	(344)	(363)
Depreciação	(253)	(225)
Água, energia e gás	(173)	(129)
Vigilância e segurança	(172)	(156)
Comunicações	(158)	(155)
Contribuições filantrópicas	(140)	-
Viagem no país	(139)	(152)
Materiais de Escritório	(126)	(278)
Viagem ao Exterior	(88)	-
Seguros	(41)	(41)
Total	(33.765)	(21.833)

^(a) Aumento com honorários advocatícios com contratação de escritórios terceirizados R\$ 5.836 (R\$ 2.354 em 2023).

^(b) Aumento com as equipes de apoio aos sistemas legados R\$ 9.497 (R\$ 7.521 em 2023).

^(c) Aumento com despesas custas legais e judiciais em ações de cobrança R\$ 5.425 (R\$ 2.506 em 2023).

^(d) As despesas com publicidade e patrocínio estão em conformidade com o limite previsto no artigo 93, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

f) Despesas tributárias

	30.06.2024	30.06.2023
Contribuição ao COFINS	(10.659)	(12.235)
Contribuição ao PIS	(1.732)	(1.988)
ISSQN	(650)	(1.034)
IPTU	(250)	(281)
Outras	-	(21)
Total	(13.291)	(15.559)

Outras receitas operacionais

	30.06.2024	30.06.2023
Variação Cambial s/empréstimo no exterior ⁽¹⁾	-	10.779
Recuperação de despesas ⁽²⁾	6.861	735
Reversão Despesas Administrativas	1.941	397
Laudos de avaliação de bens	73	102
Outras	77	21
Total	8.952	12.034

⁽¹⁾ Em 30.06.2024 a variação cambial s/empréstimo no exterior foi devedora e foi classificada na rubrica Operações de empréstimos e repasses

⁽²⁾ Refere-se ao ressarcimento de custas processuais, assessorias jurídicas e consultas de análise de crédito, relativas às operações dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo administrados pela Desenvolve SP.

g) Outras despesas operacionais

	30.06.2024	30.06.2023
Atualização IRPJ	(581)	(432)
Atualização CSLL	(549)	(411)
Despesas com operações de crédito	(48)	(42)
Variação cambial s/depósitos no exterior	-	(5)
Outras	(64)	(51)
Total	(1.242)	(941)

14 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	30.06.2024		30.06.2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e	115.705	115.705	157.607	157.607
Participação dos empregados	(1.669)	(1.669)	(1.641)	(1.641)
Resultado após a participação dos empregados	114.036	114.036	155.966	155.966
Alíquotas vigentes^(a)	25%	20%	25%	20%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes^(b)	(28.509)	(22.807)	(38.991)	(31.193)
Adições	(21.415)	(17.030)	(26.539)	(21.151)
Exclusões	16.223	12.969	5.059	4.037
Incentivos Fiscais	199	-	21	-
Prorrogação de licença maternidade	6	-	-	-
Juros sobre capital próprio	11.390	9.112	15.586	12.469
Imposto de Renda e CSLL corrente	(22.106)	(17.756)	(44.864)	(35.838)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	4.954	3.964	21.317	17.054
Passivo fiscal diferido líquido	(18)	(15)	(30)	(25)
Imposto de Renda e CSLL diferido	4.936	3.949	21.287	17.029
Imposto de Renda e Contribuição Social do Semestre	(17.170)	(13.807)	(23.577)	(18.809)

b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	Saldo em 31.12.2023	Baixa	Constituição	Saldo em 30.06.2024
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	165.471	(22.439)	27.176	170.208
Rendas de atraso	13.483	(3.298)	3.760	13.945
Provisões para desvalorização de títulos livres	5.394	-	6.119	11.513
Provisões para despesas administrativas	4.500	(3.028)	-	1.472
Provisões para desvalorização de AMV	923	-	-	923
Provisões para passivos contingentes	779	(169)	797	1.407
Provisões para outros créditos	6	-	-	6
Total dos créditos tributários diferidos	190.556	(28.934)	37.852	199.474
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(2.225)	-	(33)	(2.258)
Total das obrigações tributárias diferidas	(2.225)	-	(33)	(2.258)

Diferenças Temporárias	Saldo em 31.12.2022	Baixa	Constituição	Saldo em 30.06.2023
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	102.260	(3.741)	33.881	132.400
Rendas de atraso	5.494	(1.606)	6.488	10.376
Provisões para desvalorização de AMV	548	-	-	548
Provisões para desvalorização de títulos livres	2.489	(50)	4.949	7.388
Provisões para passivos contingentes	854	(106)	56	804
Provisões para despesas administrativas	2.458	(1.499)	-	959
Provisões para outros créditos	7	(1)	-	6
Total dos créditos tributários diferidos	114.110	(7.003)	45.374	152.481
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(2.116)	-	(55)	(2.171)
Total das obrigações tributárias diferidas	(2.116)	-	(55)	(2.171)

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20 (em função da publicação da Lei nº 14.467/22, os créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 serão deduzidos a partir de abril de 2025, à razão de 1/36 (um trinta e seis avos) para cada mês do período de apuração), conforme demonstrado a seguir:

	2024	2025	2026	2027	2028	Acima de 2028	Total
Valor nominal	62.183	50.796	34.689	31.940	10.143	9.723	199.474
Valor presente	56.274	41.981	26.302	22.218	6.473	4.935	158.183

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

15 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No semestre, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP – A empresa foi contratada para prestação diversos de serviços. No primeiro semestre de 2024, os serviços referentes à hospedagem de servidores externos e comunicação de dados foram levados à despesa no valor de R\$ 1.841 (R\$ 2.120 em 2023), serviços de publicidade legal de todos os atos de interesse da Instituição R\$ 316 (R\$ 85 em 2023), serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo R\$ 3.090 (R\$ 2.171 em 2023), serviços de locação de notebooks com fornecimento de software, peças de reposição e instalação, incluindo os serviços de teleatendimento técnico em manutenção “on site” R\$ 458 (R\$ 525 em 2023) e serviços de plataforma de colaboração e produtividade R\$ 508 (R\$ 86 em 2023).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No primeiro semestre de 2024, as despesas totalizaram R\$ 135 (R\$ 171 em 2023).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos especializados associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. No primeiro semestre de 2024, não houve despesas (R\$ 42 em 2023).

FUNDOS ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – Prestação de serviços de administração e gestão de recursos de fundos públicos. No primeiro semestre de 2024, as receitas com administração dos Fundos totalizaram R\$ 23.127 (R\$ 25.653 em 2023), as receitas com liberação de recursos R\$ 740 (R\$ 1.080 em 2023) e as receitas com recuperação de despesas R\$ 6.590 (R\$ 552 em 2023). Em 30 de junho de 2024, está registrado no ativo o valor a receber de R\$ 3.839 (R\$ 4.223 em 31 de dezembro de 2023).

	30.06.2024				Total
	Prodesp	Fundos	IPT	SEADE	
Ativo					
Administração de Fundos Públicos Estaduais		3.839			3.839
Resultado					
Serv. Consultoria, Desenvolvimento e Manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo	(3.090)				(3.090)
Serv. Hospedagem servidor externo	(1.841)				(1.841)
Serv. Locação de Notbooks e fornecimento de Software	(458)				(458)
Serv. Plataforma de colaboração e produtividade	(508)				(508)
Serv. Publicidade Legal	(316)				(316)
Administração de Fundos Públicos Estaduais		30.457			30.457
Serv. Técnico Especializado de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação			(135)		(135)
Serv. Técnico especializado associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos				-	-
Total	(6.213)	30.457	(135)	-	24.109

	31.12.2023				Total
	Prodesp	Fundos	IPT	SEADE	
Ativo					
Administração de Fundos Públicos Estaduais		4.223			4.223
	30.06.2023				
	Prodesp	Fundos	IPT	SEADE	Total
Resultado					
Serv. Consultoria, Desenvolvimento e Manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo	(2.171)				(2.171)
Serv. Hospedagem servidor externo	(2.120)				(2.120)
Serv. Locação de Notbooks e fornecimento de Software	(525)				(525)
Serv. Plataforma de colaboração e produtividade	(86)				(86)
Serv. Publicidade Legal	(85)				(85)
Administração de Fundos Públicos Estaduais		27.285			27.285
Serv. Técnico Especializado de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação			(171)		(171)
Serv. Técnico especializado associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos				(42)	(42)
Total	(4.987)	27.285	(171)	(42)	22.085

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	30.06.2024	30.06.2023
Benefícios de Curto Prazo	9.768	6.847
Superintendentes	6.857	4.949
Diretoria ^(a)	1.496	710
Conselho de Administração ^(a)	760	589
Comitê de Auditoria	398	474
Conselho Fiscal	257	125
Outros Benefícios de Longo Prazo	226	152
Diretoria ^(a)	226	152
Total	9.994	6.999

^(a) Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

^(b)

^(c)

16 - Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados pelos assessores jurídicos como perdaprovável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31.12.2023	Baixa	Constituição	30.06.2024
Trabalhista	968	(442)	1.558	2.084
Cível	759	(204)	182	737
Total	1.727	(646)	1.740	2.821

Natureza	31.12.2022	Baixa	Constituição	30.06.2023
Trabalhista	973	(25)	85	1.033
Cível	921	(206)	35	750
Total	1.894	(231)	120	1.783

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas pelos assessores jurídicos como de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	30.06.2024	30.06.2023
Trabalhista	1.571	414
Cível	1.177	1.076
Total	2.748	1.490

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

17 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução CMN nº 4.553/17 estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

18 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

A alta administração aprovou a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Desenvolve SP e os níveis de apetite por esses riscos.

19 - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e o socioambiental e climático).

A partir de janeiro de 2022, o risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, representado pelo IRRBB, passou a ser considerado, também, como um risco relevante. Esse risco é calculado segundo metodologia disposta pelo Bacen.20 - Estrutura de gerenciamento de riscos e de capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da Instituição.

a) Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência. Em 30 de julho de 2024 a Suric foi transferida para a Diretoria de Controle de Riscos (DCR), criada para fortalecer a governança

b) Estrutura de Sistemas

O sistema interno abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, o monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter o capital compatível com esses riscos.

c) Validação de Sistemas

Mensalmente, são realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

21 - Políticas de gerenciamento de riscos e de capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado no mínimo anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco de Crédito

A gestão do crédito é definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

- A Superintendência de Crédito (Sucre) é a unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da Instituição;
- Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gejur.2), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito;
- Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito envolve a modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD} , calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b) Risco Operacional

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da Instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPAD} , conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c) Risco de Liquidez

A Desenvolve SP realiza os procedimentos para o controle de liquidez diariamente.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d) Risco Socioambiental e Climático

A Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC) estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental e climático, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (Sarasc) da Desenvolve SP consiste em uma série de procedimentos que deverão ser inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que: (i) a carteira da Instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação; (ii) o Bacen impôs às instituições enquadradas no S4 a adoção de metodologia de cálculo para o IRRBB, a partir de janeiro de 2022; (iii) o valor do IRRBB é obtido por meio de choques (metodologia padronizada) à carteira da instituição, resultando em valores que aumentam à medida que aumenta a carteira da instituição; passamos a considerar o IRRBB como um risco relevante.

O IRRBB não engloba o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). No entanto, reduz a margem para alavancagem da instituição. Deve, portanto, ser apurado de forma complementar às necessidades de capital e controlado em função da margem de alavancagem da instituição.

Em suma, esse risco é gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição.

f) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital possibilita a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que é consistente com o Planejamento Estratégico da Instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

São projetados, para o período de três anos, todos os índices de capital, de forma a possibilitar a avaliação da adequação de capital futura.

22 – Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Instituição divulga, anualmente, relatório denominado Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital.

A responsabilidade pela divulgação do Relatório de Pilar 3 é do Diretor Presidente, responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital da Instituição.

A tabela a ser disponibilizada é a OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da Instituição, em formato flexível, conforme norma do Bacen.

A responsabilidade pela produção das informações é da Suric.

23 - Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC)

O Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) tem a finalidade de descrever a governança do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, considerando o papel do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada e do Diretor responsável pelo gerenciamento de riscos da instituição, na identificação, mensuração, avaliação, no monitoramento, reporte, controle e na mitigação dos riscos social, ambiental e climático, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.557/17.

O Relatório GRSAC tem periodicidade anual, sendo representado pela Tabela GVR: Governança do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, conforme determinado pelo Bacen.

24 - Programa de testes de estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição.

25 - Relatórios

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

Além disso, trimestralmente ou tempestivamente, caso seja necessário, é apresentado a esses órgãos o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital.

26 - Limites Operacionais

As Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21 norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

No âmbito de Basileia III, foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

Importante observar que a Desenvolve SP destaca valor de seu PR para operações de crédito com o setor público. Esse valor, somado ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontado de seu Patrimônio de Referência, para o cálculo dos índices de adequação de capital. Esse PR usado para o cálculo dos índices de adequação de capital é o PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

O PR da instituição é constituído somente pelo Capital de Nível I, que, por sua vez, é constituído somente pelo Capital Principal.

Nesse sentido, a Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha o quadro abaixo:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	VALORES EM R\$ MIL	
	30.06.2024	31.12.2023
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	3.309.992	3.399.908
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PR_{RWA})	2.959.992	3.049.908
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	2.959.992	3.049.908
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	-	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	3.309.992	3.399.908
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)		
CAPITAL PRINCIPAL	3.309.992	3.399.908
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	27.507	27.686
PARCELA RWA _{CPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada	2.823.587	2.970.050
PARCELA RWA _{MPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada	3.980	4.918
PARCELA RWA _{OPAD} - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada	819.926	700.143
IRRBB - risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária	115.420	126.721
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	3.647.493	3.675.111
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	1.452.489	1.497.267
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 2,5% a partir de 01/04/2022	91.187	91.878
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO IRRBB E ACP	2.461.586	2.537.300
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 10,5%, considerando ACP)	81,15%	82,99%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	81,15%	82,99%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	81,15%	82,99%

27 - Análise de sensibilidade

A Desenvolve SP classifica todas as operações da instituição, de crédito e de tesouraria, na carteira bancária, isto é, não possui operações classificadas na carteira de negociação, que é aquela formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: (i) estejam livres de impedimento legal para venda; e (ii) sejam avaliados diariamente pelo valor de mercado, conforme critérios definidos pela regulamentação em vigor.

Desta forma, conforme determina a Resolução BCB nº 02/20, a Desenvolve SP realizou a análise de sensibilidade, aplicando testes de estresse abrangendo os instrumentos da carteira bancária, sujeitos ao risco de variação de taxas de juros.

Um dos testes consiste em verificar, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, qual seria a perda do PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia). Esses testes são realizados para as exposições da carteira ativa e da carteira passiva. O resultado é espelhado no quadro abaixo, já considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do exercício:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA			
REDUÇÃO DO PR_{RWA} (PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA), EM PERCENTUAL, DEVIDO A CHOQUES PARALELOS NAS CURVAS DE JUROS			
FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Taxa de Juros Pré - Fixada	0,0319%	0,0773%	0,1469%
Cupom de taxa de juros - TJLP	0,0001%	0,0001%	0,0001%
Cupom de taxa de juros - TLP	-0,0045%	-0,0101%	-0,0172%
Cupom de índice de preço - IPCA	0,0431%	0,1033%	0,1929%
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	0,0043%	0,0104%	0,0199%
Cupom de índice de preço - INPC	0,0031%	0,0073%	0,0134%
Cupom de taxa de juros - TR	0,0091%	0,0215%	0,0396%
Fundos de Investimento de Renda Fixa	0,0002%	0,0004%	0,0009%

Nota: o PR utilizado é o Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia (PR_{RWA}).

Cenário 1: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 2 pontos percentuais.

Cenário 2: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 5 pontos percentuais.

Cenário 3: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 10 pontos percentuais.

28 - Outras informações

Resultados recorrentes/não recorrentes

	30.06.2024			30.06.2023		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira	284.153	-	284.153	323.758	-	323.758
Despesas da Intermediação Financeira	(123.511)	-	(123.511)	(149.913)	-	(149.913)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	160.642	-	160.642	173.845	-	173.845
Outras receitas (despesas) operacionais ⁽¹⁾	(44.947)	-	(44.947)	(16.249)	-	(16.249)
Resultado operacional	115.695	-	115.695	157.596	-	157.596
Resultado não operacional ⁽¹⁾	10	-	10	11	-	11
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	115.705	-	115.705	157.607	-	157.607
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽²⁾	(30.977)	-	(30.977)	(42.386)	-	(42.386)
Participações no Lucro	(1.669)	-	(1.669)	(1.641)	-	(1.641)
Lucro Líquido do Semestre	83.059	-	83.059	113.580	-	113.580

29 – Plano de implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

A Instituição constituiu um Grupo de Trabalho (GT) com os membros da Superintendência Contábil, Superintendência de Controles de Riscos, Compliance e Normas, Superintendência Financeira e Superintendência de Crédito a fim de analisar e implementar as disposições contidas na Resolução CMN nº 4.966/21.

De acordo com o entendimento obtido, foram levantados os principais pontos de atenção, para os quais deve haver plano de ação específico:

- Elaboração do Modelo de Negócios;
- Teste de SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros);
- Metodologia para cálculo do valor justo;
- Metodologia para apuração da taxa efetiva;
- Definição de critérios para identificação de ativos problemáticos;
- Definição de renegociação e reestruturação de operações de crédito;
- Metodologia de critérios para baixa de operações de crédito para prejuízo; e
- Adequações nos relatórios internos para contemplar operações de *hedge*.

Atualmente a instituição utiliza módulos que compõem a solução Sinqia Bancos e, de acordo com os principais pontos de atenção, os maiores impactos previstos ocorrerão nos módulos: Empréstimo, Renda Fixa, Contabilidade e *Compliance & Risk*.

A Instituição está enquadrada no segmento 4 (S4) do Sistema Financeiro Nacional e devem utilizar metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Devido à complexidade na implementação da norma, a Instituição contratou uma consultoria especializada no assunto, visando o mapeamento, construção de propostas de políticas, metodologias, especificação de sistemas e de processos.

O prazo para conclusão é 31 de dezembro de 2024. A implementação está na fase final de aprovação das Políticas pertinentes à adoção da Resolução, e em andamento no processo de implementação operacional e sistêmica, com previsão de iniciar o processo de homologação sistêmica em setembro de 2024.

30 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua conclusão.

DIRETORIA COLEGIADA

Ricardo Dias de Oliveira Brito – Diretor Presidente
Ana Paula Teixeira de Sousa – Diretora de Controle de Riscos
Flavio Duarte de Oliveira – Diretor Administrativo
Gustavo José Melo Santos - Diretor de Negócios
Karen Kemely Mussi Mhereb – Diretora Financeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho de Administração
Carlos Augusto Jatahy Duque-Estrada Júnior
Cristiano Bonfim da Cruz
Diego Allan Vieira Domingues
Fabrício Rodrigues da Cruz
Francisco Vidal Luna
Jerônimo Antunes
Jorge Tatino Júnior
Luiz Márcio de Souza
Marcelo Diniz de Paula Rocha
Ricardo Dias de Oliveira Brito

COMITÊ DE AUDITORIA

Marcelo Diniz de Paula Rocha – Coordenador do Comitê de Auditoria
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho
Bruno Ribeiro da Rocha
Maurício Pozzobon Martins

CONSELHO FISCAL

Eduardo Aggio de Sá – Conselheiro Fiscal efetivo
Thiago Waltz Alves – Conselheiro Fiscal suplente
Eugenia Cristina Cleto Marolla – Conselheira Fiscal efetiva
Diogo Colombo Braga – Conselheiro Fiscal suplente
Jorge Luiz de Lima – Conselheiro Fiscal efetivo
Thierry Mendes Jorge – Conselheiro Fiscal suplente
Humberto Macedo Puccinelli – Conselheiro Fiscal efetivo
Roberto Yoshikazu Yamazaki – Conselheiro Fiscal suplente
Juliana Augusto Cardoso – Conselheira Fiscal efetiva
Marcos Akamine Wolff – Conselheiro Fiscal suplente

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Gustavo Carvalho Araujo
Contador CRC 1SP240330/O-0